

REQUERIMENTO

Em 19 de Outubro último, os Deputados subscritores, no legitimo uso dos seus poderes estatutários e regimentais e no cumprimento do dever democrático que decorre da função parlamentar, apresentaram à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um requerimento com a seguinte fundamentação:

“As declarações de um responsável público nomeado pelo Governo Regional a respeito do avançado estado de degradação em que se encontra a muralha do cais da Alfândega, em Angra do Heroísmo, causaram estupefacção e alarme nos cidadãos que habitualmente circulam naquela zona.

Com efeito, reconhecer-se que tal situação “poderá colocar em risco os transeuntes na zona da Marina” e nada fazer para evitar a situação é um claro sinal de irresponsabilidade pública.

Afirmar-se que “há, de facto, possibilidade de cair algum pedaço de cimento da muralha, atingindo alguém que passe por ali na altura”, é, no mínimo, chocante e revelador da leviandade com que se exercem funções públicas.

Tudo isto, depois de se afirmar que já existem “vários relatórios internos alertando para a situação”.

De facto, não basta fazer-se a permanente política da propaganda, das primeiras-pedras, da festança e do foguetório deixando por fazer aquilo que realmente é importante.

Perante a dimensão da situação em causa só se deseja que os responsáveis políticos não estejam à espera de acontecer algum acidente para finalmente intervirem.”

Com base em tais argumentos solicitaram os seguintes esclarecimentos:

- “1- Porque razão não foi interdita a circulação no espaço em causa atendendo à gravidade da situação descrita por um responsável público nomeado pelo Governo?*
- 2- Para quando o Governo Regional pensa estar em condições de intervir na referida zona?*
- 3- Os Deputados subscritores solicitam, ainda, cópias dos relatórios ou estudos relativos à situação.”*

Porém, de modo absolutamente irresponsável e ofensivo para a com a instituição Parlamento e para a própria democracia, o Governo Regional perante a situação em causa e em face de todos os esclarecimentos e documentos solicitados limitou-se a afirmar:

“A Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A. já determinou uma intervenção de limpeza e estabilização do troço da muralha do Cais da Alfândega”

E pronto!

No entanto, ainda mais grave do que a atitude de desrespeito do Governo Regional na resposta que, afinal, não dá sobre a situação é constatar-se o que efectivamente parece ter sido a tal *intervenção de limpeza e estabilização do troço da muralha do Cais da Alfândega*.

De facto, é com preocupação que se vê o que foi feito naquele importante espaço da cidade de Angra do Heroísmo, património da Humanidade, conforme se pode apreciar pelas fotografias juntas.

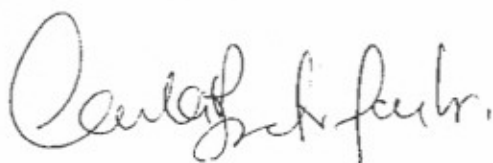
Assim, na sequência da falta de resposta do Governo Regional às informações solicitadas os Deputados subscritores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, voltam a solicitar os seguintes esclarecimentos e documentos:

- 1- *Porque razão não foi interdita a circulação no espaço em causa atendendo à gravidade da situação descrita por um responsável público nomeado pelo Governo?*
- 2- *Para quando o Governo Regional pensa estar em condições de intervir na referida zona?*
- 3- *Os Deputados subscritores solicitam, ainda, cópias dos relatórios ou estudos relativos à situação.*

Para além de solicitar esclarecimento sobre se a anunciada intervenção se resume aos trabalhos que as fotos documentam.

Angra do Heroísmo, 31 de Janeiro de 2008

Os Deputados,



Carla Bretão



Clélio Meneses



António Ventura

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES ARQUIVO	
Entrada	0393 Proc. N.º 54.03.03
Data:	08, 02, 08 N.º 336, 5m